

## OFÍCIO Nº 48/2024/SEMINFRA/PMSC

São Cristóvão, 16 de janeiro de 2024.

A Ilma. Senhora

**Aline Magna Cardoso Barroso Lima**

Procuradora Geral do Município

**Assunto: Encaminha processo para parecer**

Para Providências
( ) Procurador - Chefe
(x) Sub procurador
( ) Assessor Jurídico
( ) Assessoria Administrativa
Em, 19 / 01 / 2024

Prezada Senhora,

1 Cumprimentando-a cordialmente, venho através deste, solicitar análise e emissão de parecer referente ao processo de Aditivo de prazo ao Contrato nº 043/2023 – **Pavimentação e drenagem de ruas do povoado Colônia Miranda**, neste município de São Cristóvão/SE.

2 Sem mais para o momento, renovamos votos de estima e consideração e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que por ventura se façam necessários.

Atenciosamente,



**JÚLIO NASCIMENTO JÚNIOR**

Secretário Municipal de Infraestrutura

PROCURADORIA GERAL DO  
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO  
RECEBIDO EM

18 / 01 / 24

*Aline*

## ADITIVO DE PRAZO

- Solicitação da empresa
- Justificativa técnica contendo:
  - \*Indicação de regularidade de obra;
  - \*Indicação de existência de aditivos anteriores;
  - \*Assinada pelo fiscal e secretário.
- Cronograma
- Ordem de Serviço
- Autorização e justificativa do ordenador de despesas
- Contrato da obra
- Aditivos (se houver)
- Contrato Social da empresa
- Certidões
- Tombar com número sequencial (numerar e assinar)

# SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO

## CONTRATO 43/2023

## TOMADA DE PREÇO Nº05/2023

## PROCESSO Nº 003.2023.0452/PMSC

# SOLICITAÇÃO DA EMPRESA

FLS.: 02  
Rub.: hudo



SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO

**OBJETO:** "PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NO POVOADO COLÔNIA MIRANDA, MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO/SE".

**EMPRESA CONTRATADA:** BESSA CONTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI, CNPJ nº 19.668.756/0001-31


**NÚMERO DO CONTRATO:** CONTRATO Nº 43/2023

Devido às alterações e adequações do sistema de drenagem da rua férrea, solicitamos o aditamento do **Prazo de Execução** do contrato em **03 (Três)** meses, contados a partir do dia 17 de janeiro de 2024.

Agradecemos desde já, a nunca negada atenção.

Atenciosamente,

São Cristóvão/SE, 22 de dezembro de 2023

  
Jurandir Alves Bessa Filho  
Engenheiro Civil - CREA/SE 14128  
Carteira nº 7707756580

---

Jurandir Alves Bessa Filho  
Proprietário  
CPF nº 897.685.235-49  
RG nº 0826073891 SSP/BA

# JUSTIFICATIVA DA FISCALIZAÇÃO

FLS.: 04  
Rub.: 6000

## JUSTIFICATIVA ADITIVO DE PRAZO

**OBJETO:** Execução das Obras e serviços de drenagem e pavimentação granítica de ruas no povoado Colônia Miranda, neste Município de São Cristóvão/SE

**EMPRESA CONTRATADA:** Bessa Construções e Empreendimentos Eireli - EPP

**NÚMERO DO CONTRATO:** 43/2023

O contrato foi assinado dia 05/06/2023 e a Ordem de serviço emitida em 17/07/2023 com prazo inicial de seis meses, atendendo a contratação de Regime de Empreitada por Preço Unitário, decorrente da licitação na modalidade **Tomada de Preço, processo nº05/2023**, objetivando os serviços de “Execução das Obras e serviços de drenagem e pavimentação granítica de ruas no povoado Colônia Miranda, neste Município de São Cristóvão/SE”.

A obra está com percentual executado da obra de 30,01%, contemplando a execução de parte da pavimentação e drenagem, e necessita de adição de prazo contratual para conclusão do objeto, uma vez que a empresa, diante do atendimento do escopo contratado para execução dos projetos de drenagem, enfrentou dificuldades técnicas para elaboração e ajustes dos mesmos, que são antecessores à execução da pavimentação, causando atraso para início das atividades operacionais.

Os fatos revelam que a não execução do contrato no prazo anteriormente previsto, decorre de ato de responsabilidade da contratada, ou seja, a omissão de atender aos prazos para elaboração de projetos.

Todavia, uma eventual rescisão do contrato causará prejuízo irreparável ao município, pois a obra será paralisada até nova contratação.

FLS.: 05  
Rub.: ug

Recomenda-se assim a prorrogação do prazo por 05 meses, tempo esse suficiente para execução do saldo do contrato, com a apuração de responsabilidades e penalidades.

São Cristóvão, 03 de janeiro de 2024.

  
**Ana Paula M. de Andrade**

Engenheiro Fiscal - SEMINFRA

CREA – 2709350815

Ratifico,

  
**JOSE VICENTE MAIA SANTOS**

Diretor de obras

  
**JÚLIO NASCIMENTO JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Infraestrutura

FLS.: 06  
Rub.: 18

**ATESTADO DE  
REGULARIDADE DE  
OBRA**

FLS.: 07  
Rub.: hmda



## ATESTADO DE EXECUÇÃO DE OBRA

<b>OBJETO DO CONTRATO:</b> Execução das Obras e serviços de drenagem e pavimentação granítica de ruas no povoado Colônia Miranda, neste Município de São Cristóvão/SE.	<b>CONTRATO:</b> 43/2023
---	-----------------------------

<b>MUNICÍPIO:</b> São Cristóvão	<b>EMPRESA CONTRATADA:</b> Bessa Construções e Empreendimentos Eireli - EPP
------------------------------------	--

Atesto para fins de aditivo de prazo, que a execução da obra objeto do contrato supracitado, encontra-se em conformidade com demandas requeridas, necessitando de adição de prazo ao contrato, para readequação de cronograma.

A obra apresenta evolução acumulada de 30,01%, contemplando a execução das seguintes atividades:

Administração local: 29,00%

Instalação canteiro: 76,75%

Mobilização / desmobilização: 50,00%

Frete: 10,46%

Rua sem denominação: 97,18%

Rua Ferrea ( pavimentação e drenagem ): 2,70%

FLS.: 08  
Rub.: lucido

Diversos:0%

São Cristóvão - SE, 03 de janeiro de 2024

Ana Paula M. de Andrade

ANA PAULA MARQUES DE ANDRADE  
ENGENHEIRA CIVIL  
CREA: 2709350815

FLS.: 09  
Rub.: lmda



# CRONOGRAMA

FLS.: 10  
Rub.: hudo

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD		PREÇO UNIT	Saldo a medir	R\$																	
		UND	Saldo a medir			17/02/2024	%	17/03/2024	%	17/04/2024	%	17/05/2024	%										
01	ADMINISTRAÇÃO LOCAL				27.179,29	7.656,14	28,00%	7.656,14	28,00%	7.656,14	28,00%	7.656,14	28,00%	1.914,04	7,00%	1.758,57	6,00%	2.296,84	8,00%	2.110,26	7,00%	1.66,56	6,00%
01.001	Equipe Dirigente	un	0,71	35.171,30	24.971,62	7.034,26	20,00%	7.034,26	20,00%	7.034,26	20,00%	7.034,26	20,00%	1.758,57	6,00%	1.55,47	5,00%	2.296,84	8,00%	2.110,26	7,00%	1.66,56	6,00%
01.002	Mantenção do Canteiro	un	0,71	3.109,40	2.207,67	621,88	20,00%	621,88	20,00%	621,88	20,00%	621,88	20,00%	155,47	5,00%	155,47	5,00%	1.66,56	6,00%	1.66,56	6,00%	1.66,56	6,00%
02	INSTALAÇÃO DE CANTEIRO				4.671,20	4.671,20	100%	4.671,20	100%	4.671,20	100%	4.671,20	100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
02.001	Placa de obra em chapa aço galvanizado, instalada - Rev.02 01/2022	m2	-	453,09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
02.002	Barracão para Obras de Médio Porte Reaproveitamento 2 vezes	m2	-	290,79	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
02.003	Instalação provisória de energia elétrica, aérea, trifásica, em poste galvanizado, exclusive fornecimento do medidor	un	-	2.036,86	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
02.004	Ligação Predial de Água em Mureta de Concreto, Provisória ou Definitiva, com Fornecimento de Material, inclusive Mureta e Hidrômetro, Rede DN 50mm - Rev 03 10/2022	UN	-	673,79	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
02.005	Tapume em chapa compensada esp = 10mm (1 uso)	m2	40,00	116,78	4.671,20	4.671,20	100%	4.671,20	100%	4.671,20	100%	4.671,20	100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
03	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO				460,45	460,45	100%	460,45	100%	460,45	100%	460,45	100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
03.001	Caminhão carroc. madeira 4.0 t (94.0 kw ou equivalente)	h	8,50	54,17	460,45	460,45	100%	460,45	100%	460,45	100%	460,45	100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
04	FRETE DE MATERIAS				8.181,09	6.135,82	75%	6.135,82	75%	6.135,82	75%	6.135,82	75%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
04.001	FRETE DE MATERIAS ARENOSO				5.005,13	3.753,85	25%	3.753,85	25%	3.753,85	25%	3.753,85	25%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
04.001.001	Transporte comercial com caminhão basculante de 10m³, em rodovia pavimentada (densidade=1,50m³/SICRO 5914389)	lkm	6.500,16	0,77	5.005,13	3.753,85	25%	3.753,85	25%	3.753,85	25%	3.753,85	25%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
04.002	FRETE DE MATERIAS BRITADOS				3.175,96	2.381,97	75%	2.381,97	75%	2.381,97	75%	2.381,97	75%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
04.002.001	Transporte comercial com caminhão basculante de 10m³, em rodovia pavimentada (densidade=1,50m³/SICRO 5914389)	lkm	4.124,62	0,77	3.175,96	2.381,97	75%	2.381,97	75%	2.381,97	75%	2.381,97	75%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
05	RUA SID				2.343,83	2.343,83	100%	2.343,83	100%	2.343,83	100%	2.343,83	100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
05.001	SERVICOS PRELIMINARES				2.343,83	2.343,83	100%	2.343,83	100%	2.343,83	100%	2.343,83	100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
05.001.001	Levanteamento planialtimétrico semi-cadastral de vias	km	-	4.438,34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
05.002	PAVIMENTAÇÃO				1,69	1,69	100%	1,69	100%	1,69	100%	1,69	100%	-	-	-	-	-	-	-	-		
05.002.001	Locação de serviços de pavimentação	m2	-	1,69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
05.002.002	Escavação com trator de esteiras com lâmina, em material de 1ª categoria	m3	-	3,35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
05.002.003	Carga mecânica de material de 1ª categoria	m3	-	1,11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
05.002.004	Transporte local com caminhão basculante de 10m³, em rodovia pavimentada (construção) densidade=1,50m³	lkm	-	1,24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
05.002.005	Regularização e compactação de subleito de solo predominantemente argiloso, at. 11/2019	m2	-	2,91	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
05.002.006	Sub-base estabilizada granulometricamente sem mistura (sem transporte) e sem fornecimento de material - Rev 01	m3	30,90	9,66	298,49	298,49	100%	298,49	100%	298,49	100%	298,49	100%	-	-	-	-	-	-	-	-		
05.002.007	Material para sub-base com cbr-20, inclusive aquisição, escavação e carga na jazida (medido pelo corte), exclusive limpeza da área e transporte	m3	30,90	16,20	500,58	500,58	100%	500,58	100%	500,58	100%	500,58	100%	-	-	-	-	-	-	-	-		
05.002.008	Carga mecânica de material de 1ª categoria	m3	30,90	1,11	34,30	34,30	100%	34,30	100%	34,30	100%	34,30	100%	-	-	-	-	-	-	-	-		
05.002.009	Transporte comercial com caminhão basculante de 10m³, em rodovia pavimentada (densidade=1,50m³/SICRO 5914389)	lkm	907,68	0,77	698,81	698,81	100%	698,81	100%	698,81	100%	698,81	100%	-	-	-	-	-	-	-	-		
05.002.010	Compactação de aerros, com rolo vibratório pé de carneiro, a 100% do proctor normal	m3	30,90	6,45	199,31	199,31	100%	199,31	100%	199,31	100%	199,31	100%	-	-	-	-	-	-	-	-		
05.002.011	Pavimentação em paralelepípedo granítico sobre colcho de areia, rejuntado com argamassa de cimento e areia traço 1:3, inclusive frete do paralelepípedo granítico	m2	-	98,37	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
05.002.012	Méio-flo pré moldado de concreto simples (0,12 x 0,30 x 1,00m), rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	-	36,16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
05.002.013	Méio-flo granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	7,00	44,72	313,04	313,04	100%	313,04	100%	313,04	100%	313,04	100%	-	-	-	-	-	-	-	-		
05.002.014	Pintura de méio-flo com tinta branca a base de cal (catação), at. 05/2021	m	170,00	1,76	299,20	299,20	100%	299,20	100%	299,20	100%	299,20	100%	-	-	-	-	-	-	-	-		
06	RUA FERREA				494.617,12	196.362,24	39,72%	196.362,24	39,72%	196.362,24	39,72%	196.362,24	39,72%	142.454,40	28,49%	142.454,40	28,49%	142.454,40	28,49%	142.454,40	28,49%	142.454,40	28,49%
06.001	SERVICOS PRELIMINARES				8.409,68	8.409,68	100%	8.409,68	100%	8.409,68	100%	8.409,68	100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
06.001.001	Levanteamento planialtimétrico semi-cadastral de vias	km	-	4.438,34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
06.001.002	Projeto de Drenagem Pluvial Simples - (Micro e Macrodrenagem)	Km	0,50	6.082,81	3.041,41	3.041,41	100%	3.041,41	100%	3.041,41	100%	3.041,41	100%	-	-	-	-	-	-	-	-		
06.001.003	Projeto de Pavimentação	Km	0,50	6.082,81	3.041,41	3.041,41	100%	3.041,41	100%	3.041,41	100%	3.041,41	100%	-	-	-	-	-	-	-	-		
06.001.004	Demolição de pavimentação em paralelepípedo ou pré-moldados de concreto c/ reaproveitamento	m2	207,20	11,23	2.326,86	2.326,86	100%	2.326,86	100%	2.326,86	100%	2.326,86	100%	-	-	-	-	-	-	-	-		
06.002	PAVIMENTAÇÃO				388.257,90	124.598,86	32,09%	124.598,86	32,09%	124.598,86	32,09%	124.598,86	32,09%	142.454,40	36,96%	142.454,40	36,96%	142.454,40	36,96%	142.454,40	36,96%	142.454,40	36,96%
06.002.001	Locação de serviços de pavimentação	m2	-	1,69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
06.002.002	Escavação com trator de esteiras com lâmina, em material de 1ª categoria	m3	-	3,35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
06.002.003	Carga mecânica de material de 1ª categoria	m3	-	1,11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
06.002.004	Transporte local com caminhão basculante de 10m³, em rodovia pavimentada (construção) densidade=1,50m³	lkm	-	1,24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
06.002.005	Regularização e compactação de subleito de solo predominantemente argiloso, at. 11/2019	m2	1.410,00	2,91	4.103,10	4.103,10	30%	1.230,93	40%	1.230,93	40%	1.230,93	40%	1.641,24	40%	1.641,24	40%	1.641,24	40%	1.641,24	40%		
06.002.006	Sub-base estabilizada granulometricamente sem mistura (sem transporte) e sem fornecimento de material - Rev 01	m3	297,00	9,66	2.869,02	2.869,02	30%	860,71	40%	860,71	40%	860,71	40%	1.147,61	40%	1.147,61	40%	1.147,61	40%	1.147,61	40%		
06.002.007	Material para sub-base com cbr-20, inclusive aquisição, escavação e carga na jazida (medido pelo corte), exclusive limpeza da área e transporte	m3	297,00	16,20	4.811,40	4.811,40	30%	1.443,42	40%	1.443,42	40%	1.443,42	40%	1.924,56	40%	1.924,56	40%	1.924,56	40%	1.924,56	40%		
06.002.008	Carga mecânica de material de 1ª categoria	m3	297,00	1,11	329,67	329,67	30%	98,90	40%	98,90	40%	98,90	40%	131,87	40%	131,87	40%	131,87	40%	131,87	40%		
06.002.009	Transporte comercial com caminhão basculante de 10m³, em rodovia pavimentada (densidade=1,50m³/SICRO 5914389)	lkm	8.910,00	0,77	6.860,70	6.860,70	30%	2.058,21	40%	2.058,21	40%	2.058,21	40%	2.744,28	40%	2.744,28	40%	2.744,28	40%	2.744,28	40%		
06.002.010	Compactação de aerros, com rolo vibratório pé de carneiro, a 100% do proctor normal	m3	297,00	6,45	1.915,85	1.915,85	30%	574,70	40%	574,70	40%	574,70	40%	766,26	40%	766,26	40%	766,26	40%	766,26	40%		
06.002.011	Pavimentação em paralelepípedo granítico sobre colcho de areia, rejuntado com argamassa de cimento e areia traço 1:3, inclusive frete do paralelepípedo granítico	m2	2.970,00	98,37	292.158,90	292.158,90	30%	87.647,67	40%	87.647,67	40%	87.647,67	40%	116.863,56	40%	116.863,56	40%	116.863,56	40%	116.863,56	40%		
06.002.012	Méio-flo pré moldado de concreto simples (0,12 x 0,30 x 1,00m), rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	514,00	36,16	18.586,24	18.586,24	30%	5.575,87	40%	5.575,87	40%	5.575,87	40%	7.434,50	40%	7.434,50	40%	7.434,50	40%	7.434,50	40%		
06.002.013	Méio-flo granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	32,00	44,72	1.431,04	1.431,04	30%	430,34															



ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	PREÇO UNIT	R\$	CRONOGRAMA									
						%	17/02/2024	%	17/03/2024	%	17/04/2024	%	17/05/2024	%	17/06/2024
06.002.014	Colchão de areia	m3	30,28	127,78	3.869,18	-	-	75%	2.901,89	25%	967,30	-	-	-	-
06.002.015	Aplicação de lona plástica para execução de pavimentos de concreto. af. 04/2022	m2	605,62	3,74	2.265,02	-	-	75%	1.698,77	25%	566,26	-	-	-	-
06.002.016	Plso cimentado desmoldado traço 1,5, e = 5 cm	m2	605,62	45,15	27.343,74	-	-	75%	20.507,81	25%	6.835,94	-	-	-	-
06.002.017	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (calação). af. 05/2021	m	974,00	1,76	1.714,24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.714,24
06.003	<b>DRENAGEM</b>				<b>117.949,54</b>		<b>88.462,16</b>		<b>29.487,39</b>						
06.003.001	Escavação manual de vala ou cava em material de 1ª categoria, profundidade até 1,50m	m3	-	56,21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
06.003.002	Escavação com retro-escavadeira de pneus, de valas, em material de 1ª categoria até 1,50m de profundidade	m3	-	13,34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
06.003.003	Carga mecânica de material de 1ª categoria	m3	134,08	1,11	148,83	75%	111,62	25%	37,21						
06.003.004	Transporte local com caminhão basculante de 10m³, em rodovia pavimentada (construção) densidade=1,50m³	tkm	2.011,20	1,24	2.493,89	75%	1.870,42	25%	623,47						
06.003.005	Reatero manual de valas ou áreas, com espalhamento e compactação, utilizando compactador à perussão sapinho, sem controle do grau de compactação	m3	0,00	18,56	0,04	75%	0,03	25%	0,01						
06.003.006	Altero manual de valas com solo argilo-arenoso e compactação mecanizada. af. 05/2016	m3	-	101,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
06.003.007	Colchão de areia	m3	151,39	127,78	19.344,61	75%	14.508,46	25%	4.836,15						
06.003.008	Lastro de concreto, fck=15 mpa, lançado e adensado	m3	14,43	613,16	8.847,90	75%	6.635,93	25%	2.211,98						
06.003.009	Meio-fio ou guia de concreto pre-moldado, tipo chapéu para boca de lobo, dimensões 1,20' x 0,15 x 0,30 m, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	8,40	57,57	483,59	75%	362,69	25%	120,90						
06.003.010	Caixa de passagem em alvenaria de tijolos maciços esp. = 0,17m, dim. int. = 1,00 x 1,00 x 1,20m	un	-	2.227,14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
06.003.011	Fornecimento e assentamento de tubo de concreto simples CS d=0,20 m	m	36,00	61,66	2.219,76	75%	1.664,82	25%	554,94						
06.003.012	Fornecimento e assentamento de tubo de concreto armado cat. d=0,40 m	m	319,50	151,35	48.356,33	75%	36.267,25	25%	12.089,08						
06.003.013	Tubo pvc rígido solável ponta e bolsa p/ esgoto predial, d = 150 mm	m	313,00	80,62	25.234,06	75%	18.925,55	25%	6.308,52						
06.003.014	Ponta de ala em concreto ciclópico, para tubos de concreto (simples) d=0,40 a 0,60 m	un	1,00	2.396,37	2.396,37	75%	1.797,28	25%	599,09						
06.003.015	Laje e berço de concreto para tubos de 400mm	m	1,20	137,35	164,82	75%	123,62	25%	41,21						
06.003.016	Caixa de passagem em alvenaria de tijolos maciços esp. = 0,12m, dim. int. = 0,50 x 0,50 x 0,50m	un	6,00	344,99	2.069,94	75%	1.552,46	25%	517,49						
06.003.017	Caixa de passagem em alvenaria de tijolos maciços esp. = 0,17m, dim. int. = 0,80 x 0,80 x 1,00m	un	4,00	1.557,35	6.229,40	75%	4.672,05	25%	1.557,35						
07	<b>DIVERSOS</b>				<b>7.151,97</b>										<b>7.151,97</b>
07.001	Marco inaugural 1,20x1,20m - Padrão PMSC	un	1,00	5.089,66	5.089,66										5.089,66
07.002	Limpeza de ruas (arranço e remoção de entulhos)	m²	4.124,62	0,50	2.062,31										2.062,31
	<b>TOTAL DO ORÇAMENTO</b>				<b>544.604,95</b>		<b>214.325,40</b>		<b>163.787,66</b>		<b>150.110,54</b>		<b>1.914,04</b>		<b>11.922,70</b>

Assinatura: *Alvaro Pessoa Filho*  
 Emprego: *CH. F. REAJ. 14108*  
 CPF: *171746596*  
 Responsável Técnico da Empresa

FLS.: 12  
 Rub.: 148



Pavimentação de Ruas no Povoado Colônia Miranda, município de São Cristóvão/SE.  
CONTRATO N° 43/2023

PLANO DE AÇÃO PARA CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS NO PRAZO DE VIGÊNCIA DO PLEITO

ITEM	O QUÊ?	AÇÃO?	QUEM?	QUANDO?	STATUS
1	FINALIZAÇÃO DOS PROJETOS DE DRENAGEM	FINALIZAR AS ALTERAÇÕES	JURANDIR/MARCONI	Imediato	EM ANDAMENTO
2	SOLICITAR ADITIVO DE SERVIÇOS	ELABORAÇÃO DE MEMORIAL DE CALCULO	JURANDIR/MARCONI	Imediato	DEPENDENDO DA FINALIZAÇÃO DO PROJETO

  
Jurandir Alves Bessa Filho  
Engenheiro Civil - CREA/SE 14188  
Carteira nº 701756580

FLS.: 13  
Rub.: hmdg

# ORDEM DE SERVIÇO

FLS.: 14  
Rub.: 6202



## ORDEM DE SERVIÇO

TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2023

CONTRATO Nº 43/2023

OBJETO: OBRAS/SERVIÇOS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO GRANÍTICA DE RUAS NO POVOADO COLÔNIA MIRANDA, NESTE MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO/SE.

VALOR: R\$ 778.168,67

PRAZO DE VIGÊNCIA DE EXECUÇÃO: 06 (SEIS) MESES

CONTRATADA: BESSA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP

Tendo em vista o Contrato nº 43/2023, celebrado entre a Prefeitura Municipal de São Cristóvão e a empresa BESSA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP para prestar as obras/serviços de drenagem e pavimentação granítica de ruas localizadas no Povoado Colônia Miranda, neste Município de São Cristóvão/SE, de acordo com o Contrato acima cindo, fica V. Srª cientificada que o prazo para início dos serviços começará a vigorar a partir da presente data.

Cumpre-se

São Cristóvão, 17 de julho de 2023.

BESSA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP  
ContratadaJÚLIO NASCIMENTO JUNIOR  
Secretário Municipal de InfraestruturaMARCOS ANTÔNIO DE AZEVEDO SANTANA  
Prefeito Municipal

**AUTORIZAÇÃO E  
JUSTIFICATIVA DO  
ORDENADOR DE  
DESPESAS**

FLS.: 16  
Rub.: 6000



AUTORIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA		PCS Nº 003.2023.0452/ 2023		
<b>INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS</b>				
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL – PROGRAMÁTICA	PROJETO/ ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
02051	15.451.0035	1716	4490510000	1720 e 1500
<b>AUTORIZAÇÃO</b>				
<p>Autorizo a abertura de processo para elaboração de aditivo de prazo ao <b>contrato 43/2023</b> cujo objeto é <b>“Execução das Obras e serviços de drenagem e pavimentação granítica de ruas no povoado Colônia Miranda, neste Município de São Cristóvão/SE”</b>.</p>				
<b>JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO</b>				
<p>O contrato foi assinado dia 05/06/2023 e a Ordem de serviço emitida em 17/07/2023 com prazo inicial de seis meses, atendendo a contratação de Regime de Empreitada por Preço Unitário, decorrente da licitação na modalidade <b>Tomada de Preço, processo nº05/2023</b>, objetivando os serviços de “Execução das Obras e serviços de drenagem e pavimentação granítica de ruas no povoado Colônia Miranda, neste Município de São Cristóvão/SE”.</p> <p>A obra está com percentual executado da obra de 30,01%, contemplando a execução de parte da pavimentação e drenagem, e necessita de adição de prazo contratual para conclusão do objeto, uma vez que a empresa, diante do atendimento do escopo contratado para execução dos projetos de drenagem, enfrentou dificuldades técnicas para elaboração e ajustes dos mesmos, que são antecessores à execução da pavimentação, causando atraso para início das atividades operacionais.</p> <p>Os fatos revelam que a não execução do contrato no prazo anteriormente previsto, decorre de ato de responsabilidade da contratada, ou seja, a omissão de atender aos prazos para elaboração de projetos.</p>				

FLS.: 17

Rub.: 48

Todavia, uma eventual rescisão do contrato causará prejuízo irreparável ao município, pois a obra será paralisada até nova contratação.

Recomenda-se assim a prorrogação do prazo por 05 meses, tempo esse suficiente para execução do saldo do contrato, com a apuração de responsabilidades e penalidades.

São Cristóvão, 10 de janeiro de 2023.



**JÚLIO NASCIMENTO JÚNIOR**

Secretário Municipal de Infraestrutura

FLS.: 18  
Rub.: 18

# CONTRATO

FLS.: 19  
Rub.: 6000



## Contrato nº 43/2023

Contrato de empreitada por preço unitário que firmam o Município de São Cristóvão/SE e a empresa Bessa Construções e Empreendimentos Eireli - EPP

O MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO, pessoa jurídica público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.128.855/0001-44, com sede na Praça Getúlio, nº 298, Centro Histórico, São Cristóvão/SE, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Ilustríssimo Secretário de Infraestrutura, o senhor **Júlio Nascimento Júnior**, brasileiro, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade de RG nº 0475838602 SSP/SE e inscrito no CPF sob o nº 918.725615-00, nos termos do Decreto nº 91/2023, e a empresa **BESSA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.668.756/0001-31, com sede na av. Júlio Vieira de Andrade, nº 811, Centro, Riachuelo/SE (CEP 49130-000), doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante, o senhor **Jurandir Alves Bessa Filho**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, Identidade nº 08260738-91 (SSP/BA), CPF nº 897.685.235-49, firmam o presente **Contrato de Empreitada por Preço Unitário**, em conformidade com as normas, diretrizes e julgamentos da **Tomada de Preços nº 005/2023** e da Lei nº 8.666/93, e pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

### 1. DO OBJETO

1.1. A **contratada** se obriga a executar para o **contratante**, sob o regime de empreitada por preço unitário, **as obras e serviços de drenagem e pavimentação granítica de ruas no Povoado Colônia Miranda**, neste Município de São Cristóvão/SE, de acordo com o Termo de Referência/Projeto Básico/Especificações Técnicas – Anexo I do Edital, além das especificações e normas estabelecidas pela ABNT.

1.2. Fica vedada a subcontratação dos serviços, salvo no caso de subcontratação parcial e após expressa autorização ou consentimento do **contratante**. Não será admitida, de qualquer forma, a subcontratação com licitante que tenha participado da licitação.

1.3. Quando da assinatura deste instrumento, será exigido da **contratada** as vias atualizadas e válidas dos documentos exigidos e discriminados no item 8.4, alíneas de "c" a "g" do Edital da licitação, sendo dispensados se ainda válidos desde a licitação.

### 2. DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. Pela execução dos serviços, o **contratante** pagará a **contratada** uma remuneração calculada sobre os serviços efetivamente executados e aceitos pelo **contratante**, com

Praça Senhor dos Passos, nº 37 – Centro Histórico – 49100-057 – São Cristóvão - SE

FLS.: 20  
Rub.: bnda

base na planilha de quantidades e preços, parte integrante deste instrumento, cujo valor global as partes estimam em **RS 778.168,67** (cento e setenta e oito mil, cento e sessenta e oito reais e sessenta e sete centavos).

2.2. O pagamento será realizado de acordo com o boletim de medição, acompanhado esse da memória de cálculo dos quantitativos efetivamente executados, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou nota fiscal-fatura, condicionada essa ao aceite pelo Fiscal do Contrato.

2.3. As faturas só serão emitidas para pagamento após aprovação dos boletins de medições pela Fiscalização do Município e deve levar em consideração o intervalo de 30 (trinta) dias de execução ou um outro a critério do contratante.

2.4. Sendo microempresa ou empresa de pequeno porte optante do Simples Nacional, a Contratada deverá excluir da sua remuneração os valores eventualmente superiores e resultantes de percentuais de PIS, Cofins e ISS de sua planilha de composição de BDI excedentes às alíquotas às quais está obrigada a recolher de acordo com o Anexo IV da Lei Complementar nº 123/2006.

2.5. Igualmente, tendo em vista a isenção ou a dispensa de recolhimento assegurada no art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar, deverá excluir da fatura os respectivos valores das contribuições para o Sesi, Senai, Sebrae, Incra e salário-educação.

2.6. Por isso, as empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar comprovante de recolhimento mensal através do documento único de arrecadação, conforme art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

2.7. Havendo erro na fatura, recusa de aceitação de serviços pelo contratante, ou obrigações da contratada para com terceiros, decorrentes da obra, inclusive obrigações sociais ou trabalhistas, que possam prejudicar de alguma forma o contratante, o pagamento será susinado para que a contratada tome as providências cabíveis. O ônus decorrente de sustações correrá por conta da contratada.

2.8. O contratante, por sua vez, desde que atendidas as exigências supra e na forma de suas disposições internas, efetuará o pagamento da fatura no prazo de 30 (trinta) dias, mediante depósito em conta corrente indicada pela contratada, após a apresentação da nota fiscal ou nota fiscal-fatura, condicionada essa ao aceite dos serviços pelo contratante.

2.9. Por ocasião do faturamento, será exigida simultaneamente a apresentação dos comprovantes de recolhimento do INSS, FGTS, ISS e PIS, da cópia da matrícula da obra no CNO junto à RFB, nas hipóteses exigidas legalmente, da cópia da Anotação da Responsabilidade Técnica - ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou ao Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU; bem como a folha de pagamento relativa ao mês da execução, os comprovantes de entrega dos EPIs e, quando do primeiro pagamento, as vias Programa de Prevenção de Riscos



Ambientais – PPRA ou do Programa de Condições do Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil – PCMAT e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO aos quais se encontra vinculado, além das demais condicionantes fixadas no Decreto Municipal nº 369/2017.

2.10. A **contratada** deverá apresentar ao Fiscal do Contrato, além dos documentos exigidos acima, para fins de recebimento da última fatura, a baixa da obra junto à respectiva Prefeitura Municipal e junto ao Cadastro Nacional de Obras – CNO da RFB.

2.11. Sem prejuízo do disposto no item 2.10, caberá ao Município de São Cristóvão promover a retenção da parcela do ISSQN, quando e se ainda devido e na forma da legislação do Município da prestação dos serviços, além da retenção da contribuição previdenciária de que trata a Lei 8.212/91 e observados os limites ali impostos.

2.12. O pagamento do item serviço de administração local será realizado de forma proporcional à execução financeira da obra, observando-se o respectivo cronograma físico financeiro.

### 3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Os recursos financeiros para pagamento dos serviços objetos deste contrato são próprios do Município de São Cristóvão cujas despesas estão consignadas na seguinte dotação: **Unidade Orçamentária: 02051. Classificação Funcional – Programática: 15.451.0035. Projeto Atividade: 1716. Elemento de Despesa: 4490.51.00.00. Fonte de Recursos: 17040000.**

### 4. DO PRAZO

4.1. As obras e serviços objetos deste contrato deverão ser executados e concluídos no prazo total de **06 (seis) meses**, de acordo com o cronograma físico-financeiro que integrará o contrato, contado da emissão da Ordem de Serviço.

4.2. Será admitida a sua prorrogação, nos termos e nas hipóteses previstas no §1º do art. 57 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, desde que por razões justificadas e para a qual a Contratada não tenha contribuído, mediante prévia autorização de quem compete celebrar o contrato.

4.3. Eventual paralisação ou suspensão do contrato, em decorrência de ordem da Contratante, devidamente justificada, implicará no ajuste do cronograma físico-financeiro de modo a suprimir do prazo de execução os dias parados.

4.4. Tratando-se de contrato por escopo, a sua vigência perdurará até a entrega definitiva do objeto ou até que haja ato da Administração pela rescisão da avença.

## 5. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O **contratante** obriga-se a:

5.1. Pagar à **contratada** os valores devidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados do protocolo de requerimento com a Nota Fiscal, condicionada essa ao **aceite pelo Gestor do Contrato**.

5.2. Após a execução da obra/serviço, verificar sua conformidade quanto ao disposto no Termo de Referência/Projeto Básico e Especificações, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

5.3. Prestar os devidos esclarecimento e fornecer à **contratada** as informações indispensáveis à execução do objeto.

## 6. DAS OBRIGAÇÕES SUPLEMENTARES DA CONTRATADA

6.1 Sem prejuízo do quanto mais aqui disposto, constituem obrigações suplementares da Contratada o seguinte:

a) os serviços serão executados observando-se o cronograma da obra e o prazo estipulado acima e de acordo com o(s) termo(s) de referência(s), os projetos e as especificações previamente definidas, tudo de pleno conhecimento pela **contratada**, não sendo admitida qualquer alteração, salvo se decorrente de prévio e manifesto consentimento do **contratante**;

b) utilizar maquinários, ferramentas e materiais adequados à perfeita execução dos serviços; além de manter o local dos serviços limpo, com a retirada de entulho, sem que isso implique acréscimo nos serviços contratados;

c) transportar e dar destinação adequada a materiais e equipamentos inservíveis provenientes de descarte e remoção, sem que isso implique acréscimo nos serviços contratados;

d) retirar da obra qualquer empregado ou preposto seu cuja capacidade técnica e permanência seja incompatível e desaconselhável para o local;

e) reparar ou substituir, no prazo de 24h, qualquer equipamento ou material que se mostre defeituoso, inadequado, desgastado ou que esteja operando aquém dos níveis exigidos nas especificações técnicas indicados pela fiscalização;

f) reparar ou refazer, exclusivamente às suas expensas, todo e qualquer serviço ou obra que, durante o contrato ou no prazo de garantia, apresentar erro ou vício de construção, imperfeições ou falhas decorrentes de negligência, imperícia, imprudência ou do emprego de materiais diversos ou de qualidade inferior, sob pena das sanções do contrato e/ou de sua rescisão, além das perdas e danos;



- g) responsabilizar-se pelo pontual e integral pagamento da remuneração de seus empregados, inclusive das eventuais horas extras e dos adicionais de periculosidade e/ou insalubridades quando devidos, além dos encargos sociais, previdenciários e de seguro, bem como com os custos de material de consumo, de alojamento, de mobilização e desmobilização, respondendo como única empregadora;
- h) garantir aos seus empregados os equipamentos de proteção individual - EPIs estabelecidos nas normas de segurança e medicina do trabalho, treinando-os e exigindo deles o uso efetivo, sem prejuízo da devida fiscalização;
- i) assegurar ao **contratante** o direito de, a qualquer tempo, analisar sua documentação e verificar seus registros no cumprimento das obrigações legais e contratuais decorrentes desta avença;
- j) indenizar o **contratante** de todo e qualquer prejuízo e despesas resultantes de danos causados às suas instalações ou decorrentes de demandas judiciais ou sanções administrativas, inclusive honorários e custos, que essa última seja obrigada a arcar por ato de responsabilidade daquela primeira e vinculados à execução dos serviços objetos deste contrato;
- k) cumprir as diretrizes e disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Indústria da Construção Civil - PGRCC, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA ou do Programa de Condições do Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil - PCMAT e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO aos quais se encontra vinculado, atentando-se para as orientações dos profissionais de Segurança do Trabalho;
- l) a **contratada**, se para a execução do objeto houver a necessidade de aquisição de material de jazida diretamente do produtor, deverá apresentar comprovante indicando ter o respectivo fornecedor registro de licença perante o Departamento Nacional de Pesquisas Minerais e licença de operação
- m) garantir, durante o prazo de cinco anos, a contar do recebimento definitivo da obra, a qualidade dos serviços que executar, respondendo por sua solidez e segurança, na forma do parágrafo único do art. 613 do Código Civil, obrigando-se a **contratada** a efetuar, sem qualquer ônus para o **contratante**, as devidas correções, substituições, reparos e conservações das instalações, primordialmente no que se refere à sua funcionalidade e segurança;
- n) garantir ao **contratante** o livre acesso para a fiscalização dos trabalhos executados, comprometendo-se, ainda, a fornecer as informações, os dados e demais elementos que forem requisitados pelo Município ou por quem lhe fizer as vezes;
- o) comunicar ao **contratante** a conclusão dos serviços, para fins de vistoria, quando, se for o caso, será a **contratada** notificada para eventual correção;

p) a **contratada** deverá manter durante o prazo de execução todas as condições habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de inadimplemento contratual e consequente rescisão, salvo nesse caso se regularizar a sua situação no prazo que lhe for concedido.

## 7. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

7.1. A **contratada** assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como pelos danos decorrentes daquela execução.

7.2. Não serão admitidos, para efeitos de recebimento, serviços que estejam em desacordo ou conflitantes com quaisquer especificações prescritas no termo de referência ou nas normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

7.3. Se, após o recebimento, constatar-se que os serviços executados foram entregues em desacordo com a correspondente planilha orçamentária, fora das especificações fixadas ou incompletos, depois da **contratada** ter sido notificada, esta terá o prazo de mais de 10 (dez) dias úteis para iniciar os procedimentos de correção e entregar os serviços num novo prazo fixado pela **Administração** e dentro das referidas especificações, sob pena das sanções previstas no edital e/ou neste contrato.

7.4. O recebimento dos serviços pela fiscalização da **contratante** não exclui a responsabilidade da **contratada** quanto aos vícios ocultos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

7.5. Com relação ao disposto no artigo 618 do Código Civil, entende-se que o prazo de cinco anos ali referido é de garantia e não de prescrição.

## 8. DAS PENALIDADES

8.1. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, a **contratada** pagará ao **contratante**, a título de cláusula penal, multa equivalente a até 20% do valor total do contrato ou da obrigação não cumprida, sem prejuízo das demais sanções abaixo cominadas e pagamento das perdas e danos que acarretar ao **Município de São Cristóvão**.

8.2. Além da multa do item 8.1., a **contratada** também estará sujeito à sanção de advertência e/ou de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração, por um prazo de até 02 (dois) anos; bem como sujeito a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93.

8.3. As sanções acima referidas poderão ser aplicadas de forma cumuladas ou independentes, sendo autorizado ao **contratante**, na hipótese de multa, o devido

desconto ou a retenção dos valores que tenha eventualmente tenha a receber a contratada.

8.4. Na imposição de multa, respeitado o limite de 20%, observar-se-á o seguinte critério:

- a) 0,666% (seiscentos e sessenta e seis milésimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor dos serviços não executados ou sobre a etapa do cronograma físico da obra não cumprido; ou
- b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de inexecução do objeto, ou sobre o valor da parcela da obra não executada, na hipótese de inadimplemento parcial.

8.5. Na hipótese da retenção ou da garantia eventualmente prestada serem insuficientes, o valor da multa será cobrado judicial, com o acréscimo de correção monetária pelo IPCA e juros de mora de 1% ao mês, desde a data da imposição e notificação da multa.

8.6. O contratante poderá considerar rescindido o presente contrato, independente de notificação extrajudicial ou judicial, na hipótese também de inexecução total do contrato ou no caso de transcurso do prazo de execução cuja prorrogação não tenha sido por ela autorizada.

## 9. DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. Sem prejuízo do disposto em Lei, o presente Contrato poderá ser alterado, unilateralmente, pelo contratante quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, e/ou quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, **respeitado o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e o qual a contratada ficará obrigada a aceitar.**

9.2. Na hipótese de supressão, o limite acima estabelecido poderá ser excedido se houver acordo entre as partes. **E qualquer que seja o motivo da alteração, a fim de que tenha validade, deve sempre constar do correspondente termo aditivo.**

9.3. Para fins de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o obtido a partir dos custos unitários do SINAPI ou ORSE não poderá ser reduzida, em favor da contratada, em decorrência de aditamento que modifique a planilha orçamentária.

9.4. Assim, tratando-se de alteração contratual para a inclusão de serviços ou itens novos, os preços devem ser apurados levando em consideração os referidos custos unitários do SINAPI ou ORSE, tendo como data base o mês do orçamento de referência da licitação, aplicando em seguida o mesmo percentual de desconto inicialmente concedido.

Praça Senhor dos Passos, nº 37 – Centro Histórico – 49100-057 – São Cristóvão - SE

FLS.: 26  
Rub.: honda



9.5. Na hipótese de inexistência daqueles custos unitários, os preços devem ser apurados mediante cotação junto ao mercado, promovendo-se em seguida o deflacionamento daqueles preços desde a época da cotação até o mês do orçamento de referência da licitação, aplicando em seguida o mesmo percentual médio de desconto concedido inicialmente, segundo as diretrizes do item 9.3.

9.6. O não cumprimento de quaisquer cláusulas ou condições deste Contrato, devidamente comprovado, importará na sua rescisão, a critério da parte não inadimplente. Fica, porém, estabelecido que a rescisão dar-se-á imediatamente e sem qualquer aviso extrajudicial ou judicial, nos seguintes casos:

- a) falência ou dissolução da firma **contratada**;
- b) superveniente incapacidade técnica da **contratada**, devidamente comprovada;
- c) não recolhimento pela **contratada**, dentro do prazo determinado, das multas que lhe forem impostas por Órgãos Oficiais;
- d) transferência do Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do **contratante**;
- e) por se negar a **contratada** refazer qualquer trabalho realizado em desacordo com contrato, termo de referência e as especificações gerais e particulares da avença, no prazo que determinar a fiscalização da **contratante**;
- f) atraso injustificado da conclusão dos serviços por mais de 30 (trinta) dias consecutivos;

9.7. Fica vedada a subcontratação do objeto do contrato, salvo no caso de subcontratação parcial e após expressa autorização ou consentimento do **contratante**. Não será admitida, de qualquer forma, a subcontratação com licitante que tenha participado do certame.

9.8. Considerar-se-á parte integrante do contrato, como se nele estivessem transcritos, o Edital e seus anexos, além da proposta da licitante vencedora.

## 10. DO REAJUSTE E DA REVISÃO DO CONTRATO

10.1. Respeitado o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contado do mês do orçamento de referência, os valores das parcelas vincendas, observado o cronograma físico-financeiro, serão reajustados anualmente pelo Índice Nacional do Custo da Construção – INCC, Coluna Pavimentação e Drenagem, apurado pela Fundação Getúlio Vargas.

10.2. Desta feita, ajustam as partes que em nenhuma hipótese será admitido reajustamento com periodicidade inferior a aquele intervalo. Além disso, não serão reajustados os valores dos serviços que, por culpa da **contratada**, não forem executados dentro do prazo do cronograma físico-financeiro.

10.3. No caso de reformulação do citado cronograma por ordem e interesse da **contratante**, desde que a **contratada** não tenha contribuído com a paralisação e prorrogação, prevalecerá para fins de reajustamento o cronograma inicial.

10.4. Não integrarão o cômputo do reajustamento os valores das eventuais aquisições de materiais do **contratante**.

10.5. Pretendendo o reajustamento e respeitada a periodicidade supra, deverá a **contratada** apresentar a pertinente memória de cálculo para fins de conferência e aprovação pela **contratante**.

10.6. O reajustamento de preços a que se refere esta Cláusula será calculado com base na seguinte fórmula:

$$R = P \times I$$

$$I = \frac{I - 10}{10}$$

$$R = P \times \frac{I - 10}{10}, \text{ onde:}$$

R = é o valor do reajustamento procurado;

P = é o valor da parcela considerada;

T = é a taxa de reajustamento

10 = é o índice setorial de preços relacionado à obra/serviço executado (Colunas Pavimentação e Drenagem), informado ou divulgado pela FGV - Fundação Getúlio Vargas, correspondente ao mês do orçamento de referência da licitação;

I = é o índice setorial de preços relacionado à obra/serviço executado (Colunas Pavimentação e Drenagem), informado ou divulgado pela FGV - Fundação Getúlio Vargas, correspondente ao décimo segundo mês após o mês do orçamento de referência

10.7. O valor do reajustamento de cada fatura será obtido, assim, multiplicando a taxa "I" pelo valor bruto da fatura.

10.8. No cálculo do reajuste conforme a fórmula descrita nesta cláusula, somente será admitida 4 (quatro) decimais, sem aproximação ou arredondamentos.

10.9. Enquanto não informado ou divulgado o índice do 12º mês para efeito de definição do "I" de que trata a fórmula acima, o reajuste será obtido levando em consideração o último índice conhecido, cabendo a devida correção quando informado, divulgado ou publicado o índice definitivo, e o encontro de contas correspondente na ocasião do pagamento da fatura subsequente.

10.10. A liquidação de cada parcela, quando houver reajustamento, far-se-á por de duas faturas. Uma correspondendo aos valores dos serviços contratados e a outra equivalendo aos valores do reajustamento, deduzindo em qualquer caso os descontos e retenções legais.

10.11. O contrato poderá ser alterado, por acordo das partes, para fins de restabelecimento e conseqüente manutenção do seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, desde que sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou

Praça Senhor dos Passos, nº 37 - Centro Histórico - 49100-057 - São Cristóvão - SE

FLS.: 28

Rub.: banda

# CONTRATO SOCIAL

FLS.: 29  
Rub.: hnda



## IV – ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA FIRMA BESSA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI

### QUALIFICAÇÃO

JURANDIR ALVES BESSA FILHO, brasileiro, solteiro, natural de Morpara-BA, nascido em 27/12/1974, Engenheiro Civil, portador de CNH. 01524228398 DETRAN-SE. CPF: 897.685.235-49 com domicílio e residência na Avenida Adélia Franco, nº 2288, Edf. Versate, Bairro Luzia, Cep: 49048-010, na Cidade de Aracaju-SE. Titular da Firma BESSA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI, inscrita na JUCESSE sob nº 28600008898 em 05/02/2014, CNPJ: 19.668.756/0001-31, resolve modificar as cláusulas do Contrato Social mediante a seguinte alteração:

SEGUNDA – Altera o Capital Social de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), importância essa retirada da Conta Reserva de Lucros Acumulados).

*Mediante a alteração acima descrita consolida-se o Contrato Social.*

### CLÁUSULA PRIMEIRA – NOME EMPRESARIAL

A empresa girará sob o nome empresarial BESSA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI. E como nome de Fantasia BESSA CONSTRUÇÕES.

### CLÁUSULA SEGUNDA – ENDEREÇO DA SEDE E DAS FILIAIS

A empresa tem sede na Avenida Júlio Viera de Andrade, 811, Centro, Riachuelo - SE, CEP: 49130-000.

### CLÁUSULA TERCEIRA - CAPITAL

O capital é de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), integralizado neste ato em moeda corrente do País e representado por uma quota de igual valor nominal.

### CLÁUSULA QUARTA - OBJETO

A empresa tem por objeto: CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS. E com Atividades secundárias:

ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO
PRODUÇÃO MUSICAL, TRIO ELETRICO.
REPARAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO
ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORARIO (FECHAMENTO), EXCETO ANDAIMES;
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS.
OBRAS DE URBANIZAÇÃO – RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS.
CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES,
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO,
CONSTRUÇÃO DE REDES DE TRANSPORTES POR DUTOS, EXCETO PRA AGUA E ESGOTO,
CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS.
DEMOLIÇÃO DE EDIFICIOS E OUTRAS ESTRUTURAS,
PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO,
OBRAS DE TERRAPLENAGEM,
INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELETRICA,
INSTALAÇÕES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS,
SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFICIOS EM GERAL,
OBRAS DE FUNDAÇÕES,
MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORARIAS,
SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVAÇÃO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS,
PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE AGUA,
LOCAÇÃO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR.
LOCAÇÃO DE AUTOMOVEIS COM CONDUTOR,
ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS SEM OPERADOR.

FLS.: 30  
Rub.: honda



ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES,
ALUGUEL DE GERADORES, GUINCHOS, GUINDASTES E EMPILHADEIRAS,
ALUGUEL DE ANDAIMES,
LOCAÇÃO DE TRATORES, RETRO ESCAVADEIRAS, RETRO CARREGADEIRAS, CAMINHOES, CAÇAMBAS E ROLO COMPRESSOR, COM E SEM CONDUTORES,
LIMPEZA DE RUAS, PRAÇAS E LOGRADOUROS EM GERAL,
COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS,
ATIVIDADES DE VIGILANCIA E SEGURANÇA PRIVADA.

#### CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE DURAÇÃO

A empresa iniciou suas atividades em 05/02/2014 e seu prazo de duração é indeterminado.

#### CLÁUSULA SEXTA - DATA DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

O encerramento do exercício coincidirá com o término do ano civil

#### CLÁUSULA SÉTIMA - ADMINISTRAÇÃO

A administração da empresa será exercida pelo seu titular.

**Parágrafo único.** O uso do nome empresarial é vedado em atividades estranhas ao interesse da empresa, para assumir obrigações, seja em favor do titular ou de terceiros, bem como para onerar ou alienar bens imóveis da empresa, sem autorização do titular.

#### CLÁUSULA OITAVA - DECLARAÇÃO DO TITULAR

Declaro que não participo de nenhuma outra empresa da modalidade EIRELI.

#### CLÁUSULA NONA - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO PARA O EXERCÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO

O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - ABERTURA, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DE FILIAIS.

A empresa poderá, a qualquer tempo, abrir, alterar e extinguir filiais e outros estabelecimentos no País ou fora dele.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

Fica eleito o foro de Riachuelo para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste instrumento constitutivo.

O titular assina o presente instrumento em via única de igual forma e teor, destinado ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Sergipe, para que produza os efeitos legais.

Riachuelo, 10 de Fevereiro de 2021.

JURANDIR ALVES BESSA FILHO  
Assinatura do titular

FLS.: 31  
Rub.: 6020



## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa BESSA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
66144922504	VIVIANE DOS SANTOS BARROS
89768523549	JURANDIR ALVES BESSA FILHO



CERTIFICADO O REGISTRO EM 11/02/2021 10:27 SOB Nº 20110062568.  
PROTOCOLADO: 11/02/2021 DE 11/02/2021.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 121100960317. CNPJ DA SRLE: 19662756000131.  
NIRE: 32800004899. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 10/02/2021.  
BESSA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI

ALINE MENDES DE SOUZA  
SECRETÁRIA-GERAL  
www.agiliza.se.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.  
Informações para respectivos portais de verificação

FLS.: 32  
Rub.: Wanda

**DOCUMENTO DE  
IDENTIFICAÇÃO DO  
SÓCIO**

FLS.: 33  
Rub.: banda





# CERTIDÕES

FLS.: 35  
Rub.: 6000



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: BESSA CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA**  
**CNPJ: 19.668.756/0001-31**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer débitos de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 09:30:29 do dia 09/01/2024 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 07/07/2024.

Código de controle da certidão: **04BA.B285.C55D.CB9A**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

FLS.: 36  
Rub.: 6m/20

Voltar

Imprimir



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 19.668.756/0001-31  
**Razão Social:** BESSA CONSTRUCOES E EMPREEND EIRELI ME  
**Endereço:** AV JULIO VIEIRA DE ANDRADE 811 / CENTRO / RIACHUELO / SE / 49130-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

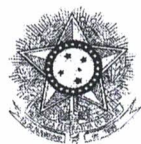
**Validade:** 31/12/2023 a 29/01/2024 ✓

**Certificação Número:** 2023123102344741642416

Informação obtida em 10/01/2024 10:19:04

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

FLS.: 37  
Rub.: honda



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS  
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: BESSA CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 19.668.756/0001-31  
Certidão n°: 2370440/2024  
Expedição: 10/01/2024, às 10:19:49  
Validade: 08/07/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **BESSA CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **19.668.756/0001-31**, CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:  
**0001211-03.2019.5.20.0009 - TRT 20ª Região \*\* (9ª VARA DO TRABALHO DE ARACAJU)**

\*\* Débito com exigibilidade suspensa.

**Total de processos: 1.**

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário, penhora de bens suficientes ou, ainda, tenha sido deferida, no caso de empresa, a sua recuperação judicial, de acordo com a Lei 11.101/2005.





PREFEITURA MUN. DE RIACHUELO  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS Nº: 72, Bairro CENTRO  
(79)3269-2038 CEP: 49.130-000 RIACHUELO/SE  
13128897000185

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS MUNICIPAIS E  
DIVIDAS ATIVA DO MUNICÍPIO**

Nome ou Razão **BESSA CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI**  
Nome Fantasia: **BESSA CONSTRUCOES**  
Logradouro: **AV. AV JULIO VIEIRA DE ANDRADE** Número: **811**  
Bairro: **CENTRO** CEP: **49130-000** Município: **RIACHUELO**  
CPF/CNPJ: **19.668.756/0001-31**  
Inscrição Municipal: **3010005265**

Cadastro(s) Econômico(s) no Município:  
**CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS** C.M.C.: **3010005265** Início:

CERTIFICO, na forma da lei, que não constam pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal de Finanças, ressalvado à Fazenda Pública Municipal o direito de cobrar e inscrever quaisquer débitos que vierem a ser apurados. Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta Secretaria Municipal de Finanças e só terá validade na via original, sem qualquer emenda ou rasura, e durante o período especificado abaixo:

Período de Validade:

12/12/2023 A 10/02/2024 ✓

JUSCÊNIO DOS SANTOS

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço eletrônico: <https://agportal.agapesistemas.com.br/agportalcontribuinte/?alias=pmriachuelo>.

EMITIDA EM: 12/12/2023

VALIDA ATÉ: 10/02/2024

FLS.: 39  
Rub.: hmda



Certidão Negativa de Débitos Estaduais N. 18310 / 2024

Identificação do Contribuinte: 19.668.756/0001-31

Contribuinte não inscrito no cadastro de SERGIPE

Certificamos que, até a presente data, não existem débitos contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica **19.668.756/0001-31** referente a impostos, taxas ou multas administrativas, ficando, porém ressalvada à Fazenda Pública o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas. O portador do documento **19.668.756/0001-31** não está inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado de SERGIPE.

Certidão emitida via Internet nos termos da portaria Nº 283 de 15/02/2001, válida por 30 (trinta) dias a partir da data da emissão.

Certidão Emitida em **10/01/2024**, válida até **09/02/2024** e deve ser conferida na Internet no endereço [www.sefaz.se.gov.br](http://www.sefaz.se.gov.br) pelo agente recebedor.

Autenticação: 20240110D8MKG4

Processo nº 003.2023.0452/PMSC

Parecer PGM nº: 178/2024

Assunto: alteração contratual para prorrogação do prazo de execução.

  
José Robson Almeida Santos  
Procurador 3/SE 2477  
Procuradoria Geral do Município - PMSC

**EMENTA:** Contrato nº 43.2023. Inadimplemento contratual. Apuração de responsabilidade. Prorrogação do prazo de vigência e de execução a bem do interesse público. Princípios orientadores.

**Recomendações.**

**I - Relatório:**

Trata-se de consulta oriunda da Secretaria de Infraestrutura deste Município, relacionada ao contrato nº 43.2023, que tem como objeto a **execução, sob o regime de empreitada por preço unitário, as obras e serviços de drenagem e pavimentação granítica de ruas no Povoado Colônia Miranda, neste Município de São Cristóvão/SE**, na qual solicita desta Procuradoria Geral parecer no sentido de opinar ser estariam presentes os requisitos fáticos e legais autorizadores para a prorrogação do prazo de execução do contrato.

Consta dos autos justificativa técnica indicando que a não execução do objeto no lapso programado decorreu de ato de responsabilidade da contratada, que se omitiu em atender aos prazos para elaboração de projetos.

E, apesar da inexecução parcial por parte da contratada, defende a Seminfra a continuidade do contrato, por mais 05 (cinco) meses, lapso este compreendido como suficiente para execução do saldo do contrato e apuração de responsabilidades. Do contrário, serão significativos os prejuízos administrativos e econômicos decorrentes de uma eventual rescisão, ainda mais porque 30,01% dos serviços já foram concluídos.

Assim, de acordo com o novo cronograma físico-financeiro, há uma necessidade de prorrogação por mais 05 (cinco) meses.

É o relatório.

**II - Fundamentação:**

*Ab initio*, impõe-se salientar que o presente parecer se vale, exclusivamente, dos elementos havidos nos autos e se atém aos aspectos meramente



jurídicos da problemática. Não discute aspectos relacionados à conveniência e oportunidade dos atos de competência do gestor público.

O cerne da problemática reside em saber se há fundamento legal para a pretendida prorrogação, mesmo diante do fato segundo o qual o não cumprimento do cronograma resultaria de ato de responsabilidade da contratada.

Pois bem, apesar da inexecução não se enquadrar em qualquer das hipóteses previstas no referido preceito, a legitimar com isso a prorrogação do prazo de execução, sem que se possa atribuir responsabilidade à contratada, ainda assim, a bem do interesse público, considerando que a rescisão causaria prejuízo ainda maior à população e a Administração Pública, justifica a continuidade da empreitada.

Atentaria contra esse interesse não concluir a empreitada e abandonar a execução das obras e serviços de drenagem e pavimentação granítica de ruas no estágio em que se encontra, até uma eventual nova licitação. Além do evidente prejuízo financeiro, tal fato privaria a Administração Municipal das imprescindíveis obras de infraestrutura tão essenciais à população.

Inobstante, há um obstáculo a ser superado. O requerimento foi protocolado aqui em 19 de janeiro de 2024, termo que extrapola o término do lapso contratado. O cerne da problemática reside em saber se, sob o aspecto jurídico, seria possível firmar aditivo mesmo diante do transcurso daquele interstício e se haveria óbice intransponível. O que, a esse respeito, pode-se extrair da doutrina, da jurisprudência e, particularmente, da legislação?

Impõe-se não olvidar a natureza da contratação, porque a hipótese é do que se denominada “contrato por escopo”, quando a Administração ajusta em vista da obtenção de um produto certo e determinado. O objeto, por consequência, somente se consumará com a entrega do bem. O prazo a ser fixado cumpre o necessário propósito de se exigir do particular celeridade e eficiência para o alcance e satisfação do interesse coletivo, jamais de por fim a relação.

Ele (o prazo), por isso, nos contratos por escopo, não é peremptório e, sim, moratório. A sua fluência não implica na automática extinção do pacto, apenas tornaria e torna o devedor em mora. O quanto disposto na Lei nº 8.666/93 – art. 78, incisos I a V, c/c seu parágrafo único e art. 79, § 1º -, a nosso juízo, reforça esse entendimento ao exigir a necessidade de processo administrativo, quando da inexecução contratual, inclusive motivada pela não observância do prazo, e uma decisão fundamentada, com a garantia da ampla defesa e do contraditório, para que se possa extinguir o contrato.

E mesmo diante disso, a bem do interesse público, poderia a Administração Pública optar, em vez da rescisão unilateral, se essa hipótese se revelar



mais gravosa ao bem comum, pela sanção de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar, pela declaração de inidoneidade e, cumulativamente, pela sanção de multa, nos termos que disciplina o art. 87 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos e do contrato, se o não cumprimento do prazo for de responsabilidade da contratada.

Sem embargo do que expressamente dispõe a legislação, o Tribunal de Contas da União, a despeito de já ter se manifestado no sentido contrário, também opinou e decidiu que, no contrato por escopo, **“inexistindo motivos para sua rescisão ou anulação, a extinção do ajuste somente se opera com a conclusão do objeto e o seu recebimento pela Administração, diferentemente dos ajustes por tempo determinado, nos quais o prazo constitui elemento essencial e imprescindível para a consecução ou a eficácia do objeto avançado”** (Acórdão 1674/2014-Plenário – TCU, TC 033.123/2010-1, relator Ministro José Múcio Monteiro, 25.6.2014).

Inferir pelo contrário, para fins de considerar extinto o contrato nº 43.2023 e impedir, por isso, a formalização de aditivo, sem o qual resta impossibilitada a entrega plena e satisfatória do objeto, não se revela a melhor prática, porque causaria irreparável prejuízo à Administração e à coletividade. Em outros termos, sem a implementação da prorrogação não haverá objeto e, por conseguinte, inexistirá a satisfação, nem mesmo parcial, do interesse público primário que impôs a celebração do contrato.

Aliado a tudo isso, a hipótese admite e até se revela recomendado, tendo como propósito aquele interesse e porque presentes os requisitos autorizadores, a lavratura de um ato fundamentado, junto com o aditivo de prorrogação, convalidando aqueles (atos) até então praticados desde o término do interstício derradeiro e até a assinatura do pertinente aditivo. Tudo isso, sem prejuízo da eventual apuração de responsabilidade de quem deu causa.

Trata-se de defeito perfeitamente sanável, já que relativo a vício de procedimento, assim como os relativos a vício de competência e de forma. Nesse sentido, é o que ensina a doutrina. Admite-se, por consequência e porque há taxativa previsão no art. 55 da Lei nº 9.784/99, a convalidação e aproveitamento dos atos praticados. Diferente seria se a inconformidade dissesse respeito ao motivo, à finalidade e ao objeto do ato. A hipótese, porque insuscetível de saneamento, seria de invalidação.

Sobre o tema, merece destaque aqui as lições de Weida Zacaner (in Da Convalidação e da Invalidação dos Atos Administrativos. 3ª Ed., São Paulo: Malheiros, 2008, pp. 64-66), então citado por Leandro de Carvalho Pinto em artigo publicado no portal “Conteúdo Jurídico” – 12 de dezembro de 2013 – segundo o qual:

*“Em tese, poder-se-ia supor que o princípio da legalidade imporia sempre à Administração o dever de invalidar seus atos eivados de vícios, para restaurar a ordem jurídica por ela mesma ferida. A suposição, todavia, não procede, pois a restauração da ordem jurídica tanto se faz pela fulminação de um ato viciado quanto pela correção de seu vício. Em uma e outra hipótese a legalidade se recompõe.*

*O princípio da legalidade visa que a ordem jurídica seja restaurada, mas não estabelece que a ordem jurídica deva ser restaurada pela do ato invalidado.*

*Há duas formas de recompor a ordem jurídica violada em razão dos atos inválidos, quais sejam: a invalidação e a convalidação.*

*(...)*

*A Administração deve invalidar quando o ato não comportar convalidação. Deve convalidar sempre que o ato comportá-la”.*

De forma distinta não julga o Superior Tribunal de Justiça, a quem cabe a derradeira palavra na aplicação e interpretação de lei federal, quando do julgamento do Recurso Especial nº 300116, sob a relatoria do Min. Humberto Gomes de Barros, Primeira Turma, DJ de 25.2.2002, p. 222, também citado por aquele autor, segundo o qual:

*“I – ‘Se não se nega à Administração a faculdade de anular seus próprios atos, não se há de fazer disso o reino do arbítrio’ (STF – RE 108.182 / Min. Oscar Corrêa).*

***II – A regra enunciada no verbete nº 473 da Súmula do STF deve ser entendida com algum temperamento: no atual estágio de direito brasileiro, a Administração pode declarar a nulidade de seus próprios atos, desde que, além de ilegais, eles tenham causado lesão ao Estado, sejam insuscetíveis de convalidação e não tenham servido de fundamento a ato posterior praticado em outro plano de competência. (STJ – RMS 407/Humberto).***

*III – A desconstituição de licitação pressupõe a instauração de contraditório, em que se assegure ampla defesa aos interessados. Esta é a regra proclamada no art. 9º, §3º, da Lei nº 8.666/93.*

*IV – A declaração unilateral de licitação, sem assegurar a ampla defesa aos interessados ofende o art. 9º, §3º, da Lei nº 8.666/93” (sic) – (grifamos).*



E não houve prejuízo ao Município. Ao revés! Invalidar o contrato e o aditivo em referência, sem sombra de dúvida, quando podem ser perfeitamente aproveitados, aí sim causaria imensurável e irreparável dano econômico-financeiro à Administração e à população do Município de São Cristóvão, porque seriam privados da implantação de equipamento de infraestrutura - obras/serviços de drenagem e pavimentação granítica de ruas - tão caro e necessário à população.

### III – Conclusão:

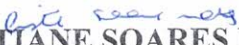
Ante o exposto, a nosso juízo, com base no que fora justificado e documentado, estão presentes os requisitos fáticos e legais para alteração contratual, mediante termo aditivo, para fins de prorrogar o prazo de execução do contrato por mais **05 (cinco) meses**, a teor do disposto e autorizado no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, contado do término do lapso derradeiro, razão pela qual somos da opinião que há **viabilidade jurídica** para o pretendido aditivo.

Impõe observar o quanto prescrito no § 2º do referido art. 57, segundo o qual a prorrogação deve ser justificada por escrito e ser previamente autorizada pela autoridade que chancelou o contrato. Além disso, consoante razões supra, deve ser confeccionado um termo chancelado por quem de direito – o mesmo que assinou o contrato – convalidando os atos administrativos praticados desde o término do lapso pretérito. Por fim, recomenda-se a instauração de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade da contratada quanto ao não cumprimento do prazo de execução inicialmente avençado e que conste no termo aditivo cláusula expressa indicando que a prorrogação não terá nenhum reflexo econômico a qualquer título.

Por derradeiro, **destaco ser imperiosa a comprovação da regularidade fiscal da empresa nos âmbitos estadual, municipal e perante o FGTS, na medida em que as certidões encontram-se vencidas.**

É o parecer. S.M.J.

São Cristóvão/SE, 05 de março de 2024.

  
**CRISTIANE SOARES MATOS**  
Assessora Jurídica - OAB/SE 5239  
Procuradoria Geral do Município - PMSC



PREFEITURA MUN. DE RIACHUELO  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS Nº: 72, Bairro CENTRO  
(79)3269-2038 CEP: 49.130-000 RIACHUELO/SE  
13128897000185

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS MUNICIPAIS E  
DIVIDAS ATIVA DO MUNICÍPIO**

Nome ou Razão BESSA CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI  
Nome Fantasia: BESSA CONSTRUCOES  
Logradouro: AV. AV JULIO VIEIRA DE ANDRADE Número: 811  
Bairro: CENTRO CEP: 49130-000 Município: RIACHUELO  
CPF/CNPJ: 19.668.756/0001-31  
Inscrição Municipal: 3010005265

Cadastro(s) Econômico(s) no Município:  
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS C.M.C. : 3010005265 Início:

CERTIFICO, na forma da lei, que não constam pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal de Finanças, ressalvado à Fazenda Pública Municipal o direito de cobrar e inscrever quaisquer débitos que vierem a ser apurados. Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta Secretaria Municipal de Finanças e só terá validade na via original, sem qualquer emenda ou rasura, e durante o período especificado abaixo:

Período de Validade:

20/02/2024 A 20/04/2024

JUSCÊNIO DOS SANTOS

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço eletrônico:  
<https://agportal.agapesistemas.com.br/agportalcontribuinte/?alias=pmriachuelo>,

EMITIDA EM: 20/02/2024  
VALIDA ATÉ: 20/04/2024



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 19.668.756/0001-31  
**Razão Social:** BESSA CONSTRUCOES E EMPREEND EIRELI ME  
**Endereço:** AV JULIO VIEIRA DE ANDRADE 811 / CENTRO / RIACHUELO / SE / 49130-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 26/02/2024 a 26/03/2024

**Certificação Número:** 2024022605112737673515

Informação obtida em 14/03/2024 11:38:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Certidão Negativa de Débitos Estaduais N. 127175 / 2024

Identificação do Contribuinte: 19.668.756/0001-31

Contribuinte não inscrito no cadastro de SERGIPE

Certificamos que, até a presente data, não existem débitos contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica **19.668.756/0001-31** referente a impostos, taxas ou multas administrativas, ficando, porém ressalvada à Fazenda Pública o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas. O portador do documento **19.668.756/0001-31** não está inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado de SERGIPE.

Certidão emitida via Internet nos termos da portaria Nº 283 de 15/02/2001, válida por 30 (trinta) dias a partir da data da emissão.

Certidão Emitida em **14/03/2024**, válida até **13/04/2024** e deve ser conferida na Internet no endereço **www.sefaz.se.gov.br** pelo agente recebedor.

Autenticação: 20240314HJQ11Y

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO E CONVALIDAÇÃO DE ATOS PRORROGAÇÃO – CONTRATO Nº 43.2023

O MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO, pessoa jurídica público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.128.855/0001-44, com sede na Praça Getúlio, nº 298, Centro Histórico, São Cristóvão/SE, neste ato representado pelo senhor **Júlio Nascimento Júnior**, brasileiro, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade de RG nº 0475838602 SSP/BA e inscrito no CPF sob o nº 918.725615-00, na qualidade de autoridade competente à luz do Decreto nº 91/2023, tendo em vista as justificativas apresentadas pelo gestor do contrato e o preenchimento dos requisitos legais autorizadores (art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93) e a expressa previsão contratual (item 4.2 do contrato), com fundamento nas disposições do § 2º do art. 57 da referida Lei de Licitações e Contratos Administrativos, **decide AUTORIZAR** a prorrogação do prazo de vigência e execução por mais **05 (cinco) meses do CONTRATO Nº 43.2023**, desde o término do prazo derradeiro, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Além disso, com fundamento no que dispõe o art. 55 da Lei nº 9.784/99, por isso no uso de suas atribuições legais, **decide convalidar todos os atos praticados em decorrência daquele contrato, desde o término do interstício derradeiro e até a assinatura do pertinente aditivo, principalmente pela ausência de prejuízo ao interesse público e porque revela mais adequado o referido interesse.**

São Cristóvão/SE, 05 de março de 2024.

**Júlio Nascimento Júnior**  
Secretário Municipal de Infraestrutura



**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 43/2023**

**TOMADA DE PREÇO Nº 05/2023** – Objeto – execução, sob o regime de empreitada por preço unitário, as obras e serviços de **drenagem e pavimentação granítica de ruas no Povoado Colônia Miranda**, neste Município de São Cristóvão/SE.


**O MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.128.855/0001-44, com sede na rua Messias Prado, nº 70, Centro Histórico, São Cristóvão/SE, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário de Infraestrutura, o senhor **Júlio Nascimento Júnior**, brasileiro, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade de RG nº 0475838602 SSP/BA e inscrito no CPF sob o nº 918.725.615-00, nos termos do Decreto nº 91/2023, e a empresa **BESSA CONTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.668.756/0001-31, com sede na Av. Júlio Vieira de Andrade, nº 811, Centro, Riachuelo/SE, CEP: 49.130-000, neste ato por conduto de seu representante legal, o senhor **Jurandir Alves Bessa Filho**, brasileiro, maior e capaz, solteiro, engenheiro civil, portador do RG nº 08260738-91, SSP/BA, e do CPF nº 897.685.235-49, doravante denominado **CONTRATADA**, com fundamento no que dispõe o § 1º, do art. 57 da Lei nº 8.666/93, firmam o presente **ADITIVO**, nos termos da cláusula e condições a seguir delineadas:

**1. Cláusula Única – Da Prorrogação do Prazo.** Acordam as partes, com fundamento nas razões apresentadas pelo gestor do contrato e no parecer de nº 178/2024 da Procuradoria Geral do Município, prorrogar o prazo de execução do contrato por mais **05 (cinco) meses, contado a partir do término no interregno inicial, totalizando, assim, um período de 11 (onze) meses desde a ordem de serviço.**

**Parágrafo único.** Pactuam ainda que a prorrogação avençada acima não terá reflexo econômico-financeiro algum no contrato e a qualquer título.

Permanecem em vigor todas as demais cláusulas e obrigações não alteradas por este instrumento. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor para todos os efeitos.

São Cristóvão/SE, 05 de março de 2024.



Município de São Cristóvão  
**Júlio Nascimento Júnior**  
Contratante



Bessa Construções e Empreendimentos Eireli - EPP  
**Jurandir Alves Bessa Filho**  
Contratada





# DIÁRIO OFICIAL

## DO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO

Ano VIII - Nº 1.985 - Edição de Quinta-feira, 14 de Março de 2024

### PODER EXECUTIVO

**PREFEITO DO MUNICÍPIO**  
MARCOS ANTONIO DE AZEVEDO SANTANA

**SEGOV-Secretaria Municipal de Governo e Gestão**  
EDSON FONTES DOS SANTOS

**SEMPOP- Secretaria Municipal de Fazenda, Orçamento e Planejamento**  
ELDRO CARDOSO DA FRANÇA

**SEMDET- Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e do Trabalho**  
JOSENITO OLIVEIRA SANTOS

**SEMINFRA- Secretaria Municipal de Infraestrutura**  
JÚLIO NASCIMENTO JÚNIOR

**SEMDES- Secretaria Municipal de Defesa Social**  
EDMILSON SANTOS BRITO

**SEMSURB-Secretaria Municipal de Serviços Urbanos**  
GENIVALDO SILVA DOS SANTOS

**SEMMA-Secretaria Municipal do Meio Ambiente**  
JANINE MENEZES DE OLIVEIRA

**SEMEL: Secretaria Municipal do Esporte e Lazer**  
KLEWERTON JOSÉ SIQUEIRA SANTOS

**PGM-Procuradoria Geral do Município**  
JOSE ROBSON ALMEIDA SANTOS

**CGM-Controladoria Geral do Município**  
MARIA LUCIMARA DOS SANTOS SOUZA

**SEMED-Secretaria Municipal de Educação**  
DEISE MARIA BARROSO

**SMS-Secretaria Municipal de Saúde**  
FERNANDA RODRIGUES DE SANTANA GOÊS

**SEMAS- Secretaria Municipal de Assistência Social**  
LUCIANNE ROCHA LIMA

**SAAE- Serviço Autônomo de Água e Esgoto**  
CARLOS ANTONIO SOARES DE MELO

**FUMCTUR- Fundação Municipal de Cultura e Turismo "João Bebe Água"**  
PAOLA RODRIGUES DE SANTANA

**SMTT- Superintendência Municipal de Trânsito e Transportes**  
NILTON JOSÉ DOS SANTOS

### EXECUTIVO

#### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 43/2023

**TOMADA DE PREÇO Nº 05/2023** – Objeto – execução, sob o regime de empreitada por preço unitário, as obras e serviços de **drenagem e pavimentação granítica de ruas no Povoado Colônia Miranda**, neste Município de São Cristóvão/SE.

O **MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.128.855/0001-44, com sede na rua Messias Prado, nº 70, Centro Histórico, São Cristóvão/SE, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário de Infraestrutura, o senhor **Júlio Nascimento Júnior**, brasileiro, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade de RG nº XXXXXXXX02 SSP/BA e inscrito no CPF sob o nº 918.XXX.XXX-00, nos termos do Decreto nº 91/2023, e a empresa **BESSA CONTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.668.756/0001-31, com sede na Av. Júlio Vieira de Andrade, nº 811, Centro, Riachuelo/SE, CEP: 49.130-000, neste ato por conduto de seu representante legal, o senhor **Jurandir Alves Bessa Filho**, brasileiro, maior e capaz, solteiro, engenheiro civil, portador do RG nº XXXXXXXX-91, SSP/BA, e do CPF nº 897.XXX.XXX-49, doravante denominado **CONTRATADA**, com fundamento no que dispõe o § 1º, do art. 57 da Lei nº 8.666/93, firmam o presente **ADITIVO**, nos termos da cláusula e condições a seguir delineadas:

1. **Cláusula Única – Da Prorrogação do Prazo.** Acordam as partes, com fundamento nas razões apresentadas pelo gestor do contrato e no parecer de nº 178/2024 da Procuradoria Geral do Município, prorrogar o prazo de execução do contrato por mais 05 (cinco) meses, contado a partir do término no interregno inicial, totalizando, assim, um período de 11 (onze) meses desde a ordem de serviço.

**Parágrafo único.** Pactuam ainda que a prorrogação avençada acima não terá reflexo econômico-financeiro algum no contrato e a qualquer título.

Permanecem em vigor todas as demais cláusulas e obrigações não alteradas por este instrumento. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor para todos os efeitos.

São Cristóvão/SE, 05 de março de 2024.

Município de São Cristóvão  
Júlio Nascimento Júnior  
Contratante

Bessa Construções e Empreendimentos Eireli - EPP  
Jurandir Alves Bessa Filho  
Contratada

#### PORTARIA Nº 38/2024 DE 12 DE MARÇO DE 2024

Revoga-se a portaria 18/2024, em decorrência de novos fiscais e gestores, designando novos servidores para exercerem as funções de Gestores e Fiscais para atuarem na fiscalização da Ata de Registro de Preço nº 03/2024 do Pregão Eletrônico nº 36/2023 – da Prefeitura Municipal de São Cristóvão por intermédio da Secretaria Municipal de Governo e Gestão

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO E GESTÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO**, no uso de sua atribuição que lhe confere o artigo 55º, inciso II, da Lei Orgânica do Município de São Cristóvão, e artigo 207º, inciso XI, da Lei Complementar nº 69, de 29 de Abril de 2022, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações), e

**CONSIDERANDO** que tendo em vista a reorganização de atribuições administrativas, dadas as novas necessidades decorrentes da implantação do SIATIC no município de São Cristóvão/SE, alguns servidores que antes atuavam como fiscais de contratos nesta Secretaria, não poderão mais exercer tal atribuição por estarem responsáveis por outras funções, assim, elaboramos e publicamos novas portarias com os ajustes necessários, fazendo constar os dados dos servidores indicados abaixo;

**CONSIDERANDO** que cabe ao Poder Público, nos termos do disposto nos art. 58, inc. III e art. 67, e seus parágrafos, ambos da Lei nº 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato celebrados através de um representante da Administração;

**CONSIDERANDO** que os órgãos públicos devem manter gestor e fiscal, formalmente designados, durante toda a vigência do Contrato celebrado pela entidade;

**CONSIDERANDO**, também, que as principais atribuições dos Gestores de Contratos são:

I. Gerenciar a parte administrativa da execução do Contrato no intuito de que transcorra de forma regular;

II. Indicar, quando houver, a necessidade de nova licitação para a continuidade dos serviços;

III. Solicitar à autoridade competente da área interessada, para que esta promova a elaboração de novo Projeto Básico